



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
15 e 16/12/2022

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Setor produtivo é contra aumento proposto pelo governo do RN para o ICMS
3. Presidente da Comissão de Finanças da AL diz que aumentar ICMS é penalizar consumidor final e asfixiar classe produtiva
4. Deputado diz que aumentar o ICMS é penalizar o consumidor final e asfixiar a classe produtiva
5. Presidente da Comissão de Finanças reprova aumento do ICMS no RN
6. Associação dos Empresários do Alecrim critica aumento de imposto
7. Associação dos Empresários do Alecrim critica aumento de imposto
8. Femurn adia para segunda-feira posição sobre ICMS
9. Notas e informes - orquestração
10. Domingo na Cidade encerra o ano com programação de Natal
11. Governo faz manobra e ICMS será votado neste ano
12. Câmara d Natal vai encerrar votação da LOA na terça-feira
13. BC revisa previsão de alta do PIB para 2,9% neste ano
14. Calendário do PIS/ Pasep para 2023 é aprovado
15. Câmara aprova uso de fundos para pagamento do piso da enfermagem
16. MP abre crédito extra de R\$7,5 bi para Previdência
17. Capas dos Jornais
18. GRÁFICOS

RELATÓRIO

O setor produtivo do Rio Grande do Norte critica a possibilidade de aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A proposta de Lei do Governo do Estado desagradou algumas entidades como, a **Fecomércio/RN**, o presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, o deputado Tomba Farias (PSDB) e a Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (Aeba). O presidente da **Fecomércio**, Marcelo Queiroz, afirma que, poderá ter reflexos na inflação, dificultar o acesso dos mais pobres a serviços e produtos e impactar diretamente o setor de comércios e serviços do RN.

O projeto 'Domingo na Cidade' realizado pela Idearte Produções, com patrocínio da **Fecomércio/Sesc RN**, finaliza as programações deste ano no final de semana de maneira bem especial de Natal, na Cidade da Criança. A entrada é gratuita.

O Governo do Estado realizou manobra na Assembleia Legislativa e conseguiu votar o aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ainda neste ano. Com a aprovação, as comissões que ainda não se posicionaram sobre a matéria (de Fiscalização e Finanças e de Desenvolvimento Socioeconômico) terão dois dias para apreciar e relatar a matéria. A votação em plenário vai ocorrer na quarta-feira (21/12).

A votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2023 do Município de Natal será concluída na próxima terça-feira (20) na Câmara Municipal. Os vereadores iniciaram a apreciação das 1.152 emendas desde quarta-feira (14/12) e prosseguiram com a aprovação das consensuais, já iniciando a votação das não-consensuais.

O Banco Central (BC) revisou a projeção de crescimento da economia, neste ano, de 2,7% para 2,9%. A estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, está no Relatório de Inflação, divulgado ontem (15/12), pelo BC. Para 2023, a projeção de crescimento do PIB continua em 1%.

O Codefap (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) aprovou o calendário de pagamento do abono do PIS e do Pasep para 2023 de até R\$ 1.302. A proposta do governo foi aprovada por unanimidade em reunião extraordinária realizada ontem (15/12).

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tenta resolver a falta de recursos para o pagamento do piso da enfermagem. O texto agora precisa ser analisado pelos senadores.

O presidente Jair Bolsonaro editou ontem (15/12) a medida provisória para abrir R\$7,564 bilhões em crédito extraordinário para a Previdência Social. Em nota, o Ministério da Economia justificou a necessidade da MP dizendo que houve crescimento das despesas obrigatórias.

Setor produtivo é contra aumento proposto pelo governo do RN para o ICMS

Link	http://www.marconepedroblogspotcombr.blogspot.com/2022/12/setor-produtivo-e-contra-aumento.html
Data da publicação	13/12/2022
Veículo	Blog Marcone Pedro
Classificação	Positivo

Setor produtivo é contra aumento proposto pelo governo do RN para o ICMS



A possibilidade de aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) desagradou as entidades representativas do setor produtivo do Rio Grande do Norte, que se reuniram com o Governo do Estado nesta segunda-feira (12) para debater o assunto.

Ainda nesta segunda, um projeto foi enviado à Assembleia Legislativa (ALRN) com a proposta de aumentar a alíquota do imposto dos atuais 18% para 20% já em 2023. Na semana passada, entidades como a Fiern e a Fecomércio-RN já tinham afirmado à Tribuna do Norte que havia um descontentamento em relação à medida e que aguardavam uma reunião com o Governo para debater o assunto.

O posicionamento contrário foi reforçado pelas entidades após o encontro com o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier e o Chefe do Gabinete Civil do Governo do Estado, Raimundo Alves. Participaram da reunião representantes da Fecomércio RN, Federação das Indústrias (Fiern), Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste (Fetronor), Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Associação Comercial e Empresarial (ACRN), Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal), Câmara dos Dirigentes Lojistas de Mossoró (CDL Mossoró), Sindicato do Comércio Varejista de Mossoró (Sindilojas).

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, afirmou à TN que a medida, se aprovada, poderá ter reflexos na inflação, dificultar o acesso dos mais pobres a serviços e produtos e impactar diretamente o setor de comércios e serviços do RN.

“O aumento de impostos causa diversas consequências, como um efeito dominó. Essa alíquota majorada do ICMS modal é aplicada diretamente no preço final dos produtos e serviços sobre eles incidentes, e, em consequência, deve resultar no aumento dos seus preços, já impactando na inflação no momento inicial da cadeia”, disse Queiroz.

Presidente da Comissão de Finanças da AL diz que aumentar ICMS é penalizar consumidor final e asfixiar classe produtiva

Link	https://portaldido.com/noticia/presidente-da-comissao-de-financas-da-al-diz-que-aumentar-icms-e-penalizar-o-consumidor-final-e-asfixiar-a-classe-produtiva
Data da publicação	15/12/2022
Veículo	Portal Dido
Classificação	Positivo



Divulgação

Parlamentar teme que aumento do ICMS leve ao consumo maior pela internet beneficiando estabelecimentos de fora do estado ou do país.

Presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Tomba Farias (PSDB), se posicionou hoje (15) de forma veemente contra o aumento de impostos proposto pela governadora Fátima Bezerra (PT), que pretende ampliar o pagamento de ICMS de 18 para 20%. Para o parlamentar, a iniciativa governamental representa um golpe não só para o consumidor final, como também para a iniciativa privada, o que poderá asfixiar principalmente as pequenas empresas.

Tomba Farias destacou ser solidário com as entidades representativas da classe empresarial, como a Fecomércio e a Câmara de Dirigente Lojistas (CDL), que são contrárias a sobrecarga tributária. Para o parlamentar, o aumento do ICMS, a exemplo do que já alertou o presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, deverá trazer impactos negativos não só nas atividades empresariais, como também na geração de emprego e renda.

O presidente da Comissão de Finanças da AL ressalta ainda o seu temor de que o aumento de imposto possa estimular o consumo através da internet, o que beneficiaria estabelecimentos de fora do estado e do próprio país, penalizando empresas locais.

Tomba Farias critica Fátima Bezerra por não ter, durante a campanha política, ter dito ao eleitor a sua intenção de aumentar a carga tributária. Para o parlamentar, reajustar o ICMS é a mesma coisa de provocar o aumento do preço dos produtos que seriam atingidos pela iniciativa.

O deputado lembra que a CDL já ressaltou que a medida encampada pela governadora petista, como forma de compensar perda de receita oriunda do ICMS, seria a mesma coisa de repassar o ônus do aumento para o consumidor final, criar dificuldades para o setor produtivo e provocar, conseqüentemente, a queda de vendas.

“O Rio Grande do Norte se movimenta no sentido oposto de estados vizinhos, como a Paraíba, Pernambuco e o Ceará”, disse o parlamentar, ressaltando que se a matéria for aprovada e a alíquota do ICMS passar a ser 20%, o estado terá uma das maiores cargas tributárias do Brasil, conforme já sinalizou a Câmara de Dirigentes Lojistas.

Deputado diz que aumentar o ICMS é penalizar o consumidor final e asfixiar a classe produtiva

Link	https://www.grandeponto.com.br/noticia/deputado-diz-que-aumentar-o-icms-e-penalizar-o-consumidor-final-e-asfixiar-a-classe-produtiva
Data da publicação	15/12/2022
Veículo	Portal Grande Ponto
Classificação	Positivo

Deputado diz que aumentar o ICMS é penalizar o consumidor final e asfixiar a classe produtiva



Presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, o deputado estadual Tomba Farias (PSDB), nesta quinta-feira, dia 15, se posicionou de forma veemente contra o aumento de impostos proposto pela governadora Fátima Bezerra (PT), que pretende ampliar o pagamento de ICMS de 18 para 20%. Para o parlamentar, a iniciativa governamental representa um golpe não só para o consumidor final, como também para a iniciativa privada, o que poderá asfixiar principalmente as pequenas empresas.

Tomba Farias destacou ser solidário com as entidades representativas da classe empresarial, como a Fecomércio e a Câmara de Dirigente Lojistas (CDL), que são contrárias a sobrecarga tributária. Para o parlamentar, o aumento do ICMS, a exemplo do que já alertou o presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, deverá trazer impactos negativos não só nas atividades empresariais, como também na geração de emprego e renda.

O presidente da Comissão de Finanças da AL ressalta ainda o seu temor de que o aumento de imposto possa estimular o consumo através da internet, o que beneficiaria estabelecimentos de fora do estado e do próprio país, penalizando empresas locais.

O presidente da Comissão de Finanças da AL ressalta ainda o seu temor de que o aumento de imposto possa estimular o consumo através da internet, o que beneficiaria estabelecimentos de fora do estado e do próprio país, penalizando empresas locais.

Tomba Farias critica Fátima Bezerra por não ter, durante a campanha política, ter dito ao eleitor a sua intenção de aumentar a carga tributária. Para o parlamentar, reajustar o ICMS é a mesma coisa de provocar o aumento do preço dos produtos que seriam atingidos pela iniciativa.

O deputado lembra que a CDL já ressaltou que a medida encampada pela governadora petista, como forma de compensar perda de receita oriunda do ICMS, seria a mesma coisa de repassar o ônus do aumento para o consumidor final, criar dificuldades para o setor produtivo e provocar, conseqüentemente, a queda de vendas.

“O Rio Grande do Norte se movimenta no sentido oposto de estados vizinhos, como a Paraíba, Pernambuco e o Ceará”, disse o parlamentar, ressaltando que se a matéria for aprovada e a alíquota do ICMS passar a ser 20%, o estado terá uma das maiores cargas tributárias do Brasil, conforme já sinalizou a Câmara de Dirigentes Lojistas.

Presidente da Comissão de Finanças reprovou aumento do ICMS no RN

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/presidente-da-comissao-de-financas-reprova-aumento-do-icms-no-rn/553569
Data da publicação	15/12/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Positivo

Presidente da Comissão de Finanças reprovou aumento do ICMS no RN

Publicado: 15:50:00 - 15/12/2022

Atualizado: 15:56:25 - 15/12/2022

O presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN), deputado Tomba Farias (PSDB), criticou o Projeto de Lei do Governo do Estado de aumentar a alíquota modal do ICMS em dois pontos percentuais (dos atuais 18% para 20%). Para o parlamentar, a iniciativa representa um "golpe" não só para o consumidor final, como também para a iniciativa privada. O plenário da Casa aprovou, nesta quinta-feira (15), urgência na tramitação da matéria entre as comissões, uma delas justamente a de Finanças.

Divulgação



Tomba Farias criticou a governadora Fátima Bezerra por não ter dito, durante a campanha política, a intenção de aumentar o imposto

O deputado Tomba Farias foi um dos nove que votou contrário ao requerimento proposto pela deputada Isolda Dantas (PT). Porém foi minoria dos 14 votos favoráveis que aprovaram a celeridade na apreciação da proposta.

Tomba Farias destacou ser solidário com as entidades representativas da classe empresarial, que são contrárias ao aumento da carga tributária. Para o parlamentar, o aumento do ICMS, a exemplo do que alertou o presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, deverá trazer impactos negativos não só nas atividades empresariais, como também na geração de emprego e renda.

O presidente da Comissão de Finanças da AL ressalta ainda o seu temor de que o aumento de imposto possa estimular o consumo através da internet, o que beneficiaria estabelecimentos de fora do estado e do próprio país, penalizando empresas locais.

“O Rio Grande do Norte se movimenta no sentido oposto de estados vizinhos, como a Paraíba, Pernambuco e o Ceará”, disse o parlamentar.

Ele também criticou a governadora Fátima Bezerra por não ter dito, durante a campanha política, a sua intenção de aumentar o imposto. Para o deputado, reajustar o ICMS é a mesma coisa de provocar o aumento do preço dos produtos que seriam atingidos pela iniciativa.

Além da Comissão de Finanças, o Projeto de Lei também precisa ser analisado na Desenvolvimento Econômico, antes de ir a votação no plenário da Assembleia Legislativa.

Associação dos Empresários do Alecrim critica aumento de imposto

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/associaa-a-o-dos-empresa-rios-do-alecrim-critica-aumento-de-imposto/553596
Data da publicação	16/12/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Positivo

Associação dos Empresários do Alecrim critica aumento de imposto

Publicado: 00:00:00 - 16/12/2022

Atualizado: 20:26:58 - 15/12/2022

Aumenta o leque de entidades do setor produtivo do Rio Grande do Norte que criticam a possibilidade de aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Nessa quinta-feira (15), a Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (Aeba) emitiu nota se posicionando contra a proposta do Governo do Estado de elevar a alíquota modal do ICMS, de 18% para 20%, a partir de 2023 acompanhando entidades como Federação das Indústrias do RN (Fiern), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio-RN), Faern (Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte), CDL Natal e Associação de Bares e Restaurantes do Rio Grande do Norte (AbraSel-RN) e Associação dos Supermercados do Rio Grande do Norte (Assurn).

Magnus Nascimento



Polos comerciais como o do Alecrim ainda tentam se recuperar dos efeitos da pandemia e um reajuste trará queda de consumo, diz Aeba

Em nota, a entidade afirma que “a intenção de reequilíbrio fiscal e das contas públicas da forma que está sugerida trará desequilíbrio e prejuízos para todo o setor produtivo do Estado do Rio Grande do Norte, como também para um dos maiores arrecadadores de ICMS, os polos comerciais do RN, Alecrim, Cidade Alta e zona Norte”.

A Aeba destaca ainda que “o comércio e o setor produtivo, ainda estão enfrentando um momento de recuperação dos efeitos da pandemia, tendo também que se adaptar a todo o contexto mundial e nacional” e que “se houver o reajuste, quem também irá pagar é o consumidor final”.

“As empresas não tem mais como e de onde tirar reservas, empréstimos, além do que todas as reservas ou capital que tínhamos foram utilizadas, principalmente, no período pandêmico, onde passamos grande dificuldades quando as lojas estavam fechadas sem poder vender ou tendo que atender o cliente a distância com novas tecnologias ou sem vender nenhum um produto ou serviço devido a várias situações”, afirma a nota.

A Aeba afirma que entende as “todas as dificuldades que o Governo enfrenta para equilibrar as contas do Estado, mas desejamos e esperamos que a Governadora Fátima Bezerra e seus secretários revertam essa situação agora, antes da aprovação [do aumento] na Assembleia Legislativa do RN”. A entidade fez apelo aos deputados estaduais para que “sejam mais sensíveis à causa do comércio e da população que irá pagar essa conta injusta”.

“Muito mais sábio é voltar atrás ao que foi sugerido e enviado para aprovação dos Deputados, o amanhã será tarde demais, corroborando com alta de preços, prejuízos no comércio, redução de vendas e conseqüentemente prejuízos na arrecadação do Estado”, afirma ainda em nota.

A entidade questiona se já foram feitos todos os cortes possíveis na máquina pública, antes de ser implementado o reajuste do ICMS. “Acreditamos que não é o momento do aumento do imposto, o Estado tem o dever de comprovar que já foi tomada todas as medidas buscando equilibrar suas contas para depois sugerir o aumento da carga tributária”, conclui a Aeba.

No RN, a sugestão do Conseqfaz é de que a alíquota subisse para 22,3%. “Aumentar a carga tributária em cima de outros produtos para compensar as perdas incidentes sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações é um contrassenso ao setor privado e aos contribuintes, uma vez que a redução do ICMS foi adotada como uma das formas para tentar controlar a inflação”, afirmou o presidente da CDL Natal, José Lucena.

“Agora, reajustar o ICMS, seria provocar o aumento do preço dos produtos que seriam atingidos pelo aumento de carga tributária, anulando por completo a medida, o que ocorreria retroceder a níveis inflacionários que não podem ser suportados pelo setor produtivo”, complementou ele em seguida.

Outras entidades já tinham criticado projeto do governo

Na segunda-feira (12), entidades como Fiern, Fecomércio-RN, Faern e a CDL Natal, após reunião com o governo do Estado, já tinham manifestado um descontentamento em relação à medida. Os representantes das entidades representativas do setor produtivo do Estado frisaram impactos danosos que o aumento do ICMS teriam para as pessoas, para os negócios e para a economia potiguar como um todo.

À TN, o presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, afirmou que a medida, se aprovada, poderá ter reflexos na inflação, dificultar o acesso dos mais pobres a serviços e produtos e impactar diretamente o setor de comércio e serviços do RN. "O aumento de impostos causa diversas consequências, como um efeito dominó. Essa alíquota majorada do ICMS modal é aplicada diretamente no preço final dos produtos e serviços sobre eles incidentes, e, em consequência, deve resultar no aumento dos seus preços, já impactando na inflação no momento inicial da cadeia", disse Queiroz.

Tese essa que foi corroborada, na terça-feira, pela Assurn. Em nota, assinada pelo presidente da Assurn, Gilvan Mikelyson, a entidade alerta para os riscos e consequências que a medida ocasionará. "A entidade vê com grande preocupação a medida, por entender que aumentar essa carga tributária dificultará os negócios de modo geral, trazendo um ônus demasiado que, ao fim, impactará de forma negativa a sociedade potiguar como um todo - empreendedores, empregados e os próprios consumidores", afirma.

Nos últimos meses, segundo a nota, o setor supermercadista tem lidado com dificuldades na tentativa de minimizar os efeitos do aumento dos preços ao consumidor final em virtude da crise econômica e da perda de renda das famílias. "A proposta de elevação da base do ICMS por parte do Governo Estadual agrava ainda mais a situação", afirma a nota.

No dia seguinte, na quarta-feira (14), a Abrasel divulgou nota também contrária ao aumento do imposto. "Com reajuste de impostos depois de períodos tão turbulentos da nossa economia é um equívoco [aumentar o ICMS] que poderá gerar o efeito inverso, retraindo a economia do RN, afastando turistas e tirando o acesso dos mais sacrificados a produtos básicos de consumo", afirmou. "A Abrasel com certeza não ficará impassível com essa proposta, colocando em campo todas as ações para conter esse aumento", completou.

A associação tem o receio de o aumento da alíquota gerar perda de competitividade e fazer com que o setor de alimentação não consiga reajustar seus cardápios como deveria. De acordo com a entidade, mais de 75% dos negócios do setor haviam reajustado seus preços abaixo do que deveriam em setembro, com 4% dos estabelecimentos precisando seus pratos aumentando a margem de lucro.

Já a Fiern defendeu alternativas de geração de receita que possam incrementar os cofres estaduais, sem que se recorra ao reajuste tributário, por entender que o aumento de ICMS interfere diretamente no mercado e na competitividade das empresas locais. A CDL disse que entende como "equivocada" a proposta do Governo do Estado. A recomposição das contas públicas é um dos argumentos do Comitê Nacional de Secretarias de Fazenda (Comsefaz), que sugeriu, como medida, um aumento de quatro pontos percentuais nas alíquotas do ICMS no estados e no Distrito Federal, após a realização de um estudo sobre o tema.

Link		Página 6
Data da publicação		16/12/2022
Veículo		Tribuna do Norte
Classificação		Positivo

Aeba critica aumento de imposto

«ALECRIM» A Associação dos Empresários do Alecrim afirma que proposta de elevar a alíquota do ICMS "da forma que está sugerida trará desequilíbrio e prejuízos" para os polos comerciais de todo o Estado



MAGNUS NASCIMENTO

Polos comerciais como o do Alecrim ainda tentam se recuperar dos efeitos da pandemia e um reajuste trará queda de consumo, diz Aeba

Aumento de leque de entidades do setor produtivo do Rio Grande do Norte que criticam a possibilidade de aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Nessa quinta-feira (15), a Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (Aeba) emitiu nota se posicionando contra a proposta do Governo do Estado de elevar a alíquota modal do ICMS, de 18% para 20%, a partir de 2023 acompanhando entidades como Federação das Indústrias do RN (Fiern), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio-RN), Faern (Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte), CDL Natal e Associação de Bares e Restaurantes do Rio Grande do Norte (Abrasel-RN) e Associação dos Supermercados do Rio Grande do Norte (Assurn).

Em nota, a entidade afirma que "a intenção de reequilíbrio fiscal e das contas públicas da

forma que está sugerida trará desequilíbrio e prejuízos para todo o setor produtivo do Estado do Rio Grande do Norte, como também para um dos maiores arrecadadores de ICMS, os polos comerciais do RN, Alecrim, Cidade Alta e zona Norte".

A Aeba destaca ainda que "o comércio e o setor produtivo, ainda estão enfrentando um momento de recuperação dos efeitos da pandemia, tendo também que se adaptar a todo o contexto mundial e nacional" e que "se houver o reajuste, quem também irá pagar é o consumidor final".

"As empresas não têm mais como e de onde tirar reservas, empréstimos, além do que todas as reservas ou capital que tínhamos foram utilizadas, principalmente, no período pandêmico, onde passamos grande dificuldades quando as lojas estavam fechadas sem poder vender ou tendo que atender o cliente a distância com novas tecnologias ou sem vender nenhum produto ou serviço devido a vá-

rias situações", afirma a nota.

A Aeba afirma que entende as "todas as dificuldades que o Governo enfrenta para equilibrar as contas do Estado, mas desejamos e esperamos que a Governadora Fátima Bezerra e seus secretários revertam essa situação agora, antes da aprovação [do aumento] na Assembleia Legislativa do RN". A entidade fez apelo aos deputados estaduais para que "sejam mais sensíveis à causa do comércio e da população que irá pagar essa conta injusta".

"Muito mais sábio é voltar atrás ao que foi sugerido e enviado para aprovação dos Deputados, o amanhã será tarde demais, corroborando com alta de preços, prejuízos no comércio, redução de vendas e consequentemente prejuízos na arrecadação do Estado", afirma ainda a nota.

Entidade questiona se já foram feitos todos os cortes possíveis na máquina pública, antes de ser implementado o reajuste do ICMS. "Acreditamos que não

é o momento do aumento do imposto, o Estado tem o dever de comprovar que já foi tomada todas as medidas buscando equilibrar suas contas para depois sugerir o aumento da carga tributária", conclui a Aeba.

No RN, a sugestão do Conselho é de que a alíquota subisse para 22,3%. "Aumentar carga tributária em cima de outros produtos para compensar as perdas incidentes sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações é um contrassenso ao setor privado e aos contribuintes, uma vez que a redução do ICMS foi adotada como uma das formas para tentar controlar a inflação", afirmou o presidente da CDL Natal, José Luena.

"Agora, reajustar o ICMS, seria provocar o aumento do preço dos produtos que seriam atingidos pelo aumento de carga tributária, anulando por completo a medida, o que ocorreria retroceder a níveis inflacionários que não podem ser suportados pelo setor produtivo", complementou ele em seguida.

Outras entidades já tinham criticado projeto do governo

Nas segunda-feira (12), entidades como Fiemr Fecomércio-RN, Faern e a CDL Natal, após reunião com o governo do Estado, já tinham manifestado um descontentamento em relação à medida. Os representantes das entidades representativas do setor produtivo do Estado frisaram impactos danosos que o aumento do ICMS teria para as pessoas, para os negócios e para a economia potiguar como um todo.

À TN, o presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, afirmou que a medida, se aprovada, poderá ter reflexos na inflação, dificultar o acesso dos mais pobres a serviços e produtos e impactar diretamente o setor de comércio e serviços do RN. "O aumento de impostos causa diversas consequen-

cias, como um efeito dominó. Essa alíquota majorada do ICMS modal é aplicada diretamente no preço final dos produtos e serviços sobre eles incidentes, e, em consequência, deve resultar no aumento dos seus preços, já impactando na inflação no momento inicial da cadeia", disse Queiroz.

Tese essa que foi corroborada, na terça-feira, pela Assurn. Em nota, assinada pelo presidente da Assurn, Gilvan Mikelyson, a entidade alerta para os riscos e consequências que a medida ocasionará. "A entidade vê com grande preocupação a medida, por entender que aumentar essa carga tributária dificultará os negócios de modo geral, trazendo um ônus desnecessário que, ao fim, impactará de forma negativa a sociedade potiguar como um todo - empreendedores, empregados e os próprios consumidores", afirma.

Nos últimos meses, segundo a nota, o setor supermercadista tem lidado com dificuldades na tentativa de minimizar os efeitos do aumento dos preços ao consumidor final em virtude de uma crise econômica e da perda de renda das famílias. "A proposta de elevação da base do ICMS por parte do Governo Estadual agrava ainda mais a situação", afirma a nota.

No dia seguinte, na quarta-feira (14), a Abrasel divulgou nota também contrária ao aumento do imposto. "Com reajuste de impostos depois de períodos tão turbulentos da nossa economia é um equívoco [aumentar o ICMS] que poderá gerar o efeito inverso, retraindo a economia do RN, afastando turistas e tirando o acesso dos mais sacrificados a produtos básicos de consumo", afirmou.

"A Abrasel com certeza não ficará impassível com essa proposta, colocando em campo todas as ações para conter esse aumento", completou.

A Associação tem o receio de o aumento da alíquota gerar perda de competitividade e fazer com que o setor de alimentação não consiga reajustar seus cardápios como deveria. De acordo com a entidade, mais de 75% dos negócios do setor haviam reajustado seus preços abaixo do que deveriam em setembro, com 4% dos estabelecimentos precisando seus pratos aumentando a margem de lucro.

Já a Fiemr defendeu alternativas de geração de receita que possam incrementar os cofres estaduais, sem que se recorra ao reajuste tributário, por entender que o aumento de ICMS interfere diretamente no mercado e na competitividade das empresas locais. A CDL disse que entende como "equivocada" a proposta do Governo do Estado. A recomposição das contas públicas é um dos argumentos do Comitê Nacional de Secretarias de Fazenda (Comsefaz), que sugeriu, como medida, um aumento de quatro pontos percentuais nas alíquotas do ICMS no estado e no Distrito Federal, após a realização de um estudo sobre o tema.

Femurn adia para segunda-feira posição sobre ICMS

Link	http://jornalagorarn.com.br/uploads/materiais/46bb16354ae8ea36352157ba05c5a7f.pdf - Página 9
Data da publicação	15/12/2022
Veículo	Agora RN
Classificação	Positivo

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 8

Femurn adia para segunda-feira 19 posição sobre ICMS

Ficou para a próxima segunda-feira 19 a decisão da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn) sobre um posicionamento a respeito do ajuste da alíquota modal do ICMS. Discute-se uma nova alíquota de 20% do tributo estadual, que também abastece os municípios. Na proposta feita a setores econômicos do estado, o imposto revisado entraria em vigor a partir do próximo ano, seria reduzido para 19% em 2024 e voltaria aos 18% a partir de 2025.

Por telefone, Anteomar Pereira da Silva – popularmente conhecido como Babá – adiantou ao AGORA RN que a Femurn tomará uma posição na próxima segunda-feira a respeito do tema. Ele não adiantou a visão dos prefeitos a respeito do tema e limitou-se a afirmar que

vão definir o tema em reunião. “Se os prefeitos concordarem e apoiarem o projeto, apoiaremos. Se não concordarem, não apoiaremos”, comentou. Além de presidente da Femurn, Babá também é prefeito em São Tomé. Questionado como prefeito da cidade, ele afirmou que não tinha opinião formada a respeito do projeto, já que ainda não o tinha analisado.

IMPACTO. Setores da atividade econômica potiguar se posicionaram contrários ao aumento do imposto. O de combustíveis, por exemplo, prevê aumento de, pelo menos, R\$ 0,80 no litro da gasolina e R\$ 0,40 para o diesel. “A gente é contra porque entende que isso é um tiro no pé. Na hora que se aumenta os tributos, provoca uma retração no consu-



Federação dos Municípios do RN adiou posicionamento para segunda 19

mo dos produtos e a arrecadação acaba estagnada. A gente teve uma experiência que comprova isso. Com a redução da carga tributária dos combustíveis, houve um crescimento nas vendas. Essa redução está para acabar e preocupa bastante o nosso setor”, explica Maxwell Flor, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do RN.

Marcelo Queiroz, presidente da Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio-RN), também se posicionou contrário ao aumento do imposto. “Os segmentos do comércio de bens, ser-

viços e turismo respondem por 77% da arrecadação do ICMS no estado. Um aumento do imposto impacta diretamente no desempenho dessas atividades, na geração de emprego e renda. Estamos com uma campanha de incentivo ao comércio local e sabemos que uma medida como esta promove, ainda mais, o consumo, via internet, em estabelecimentos de fora do estado e do país. Enxergamos algumas outras possibilidades que podem ajudar no reequilíbrio fiscal do estado”, afirmou.

Para José Lucena, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal), seria



Babá afirmou ao AGORA RN que ainda não tem opinião formada sobre o projeto

provocar o aumento do preço dos produtos. “É preciso ressaltar que o comércio ainda tenta se recuperar dos efeitos da pandemia. Manter os negócios funcionando, colaboradores, pagar fornecedores e impostos tem sido um desafio diário, não há mais gordura para queimar. Essa medida de compensação não cabe no momento, pois teria que ser repassado no preço do consumidor final, com expectativas de rupturas e quedas de venda”, posicionou-se. ●

Notas e informes - orquestração

Link	http://jornalagorarn.com.br/uploads/materiais/46bb16354ae8eaa36352157ba05c5a7f.pdf - Página 2
Data da publicação	15/12/2022
Veículo	Agora RN
Classificação	Positivo

ORQUESTRAÇÃO. A Comunicação do Governo Fátima Bezerra precisa traçar uma estratégia e combater a "orquestração" que a oposição vem fazendo com o possível reajuste da alíquota de ICMS no Estado. Provocada pelo setores da imprensa que vinham fazendo

a campanha de Bolsonaro no RN, entidades representativas como Fiem, Fecomércio, Faern, CDL Natal e Abrasel-RN se manifestaram contrárias. Deputados de oposição têm usado toda sessão para fazer "a zuada" sobre o tema.

OUTRO LADO. A governadora Fátima Bezerra esteve reunida no Palácio do Buriti, em Brasília, com governadores de todo o Brasil durante o Fórum dos Governadores. E discutiram medidas alternativas para mitigar os danos causados pela perda de arrecadação do ICMS, que provocou uma queda na receita. A preocupação maior se concentra nas áreas de saúde e educação dos estados e também dos municípios. Desde que o governo Bolsonaro abdicou de impostos sobre combustíveis na campanha, a queda dos tributos relativos à telecomunicação, energia e combustíveis oriundos do ICMS foi real.

Domingo na Cidade encerra o ano com programação de Natal

Link	http://jornalagorarn.com.br/uploads/materiais/46bb16354ae8ea36352157ba05c5a7f.pdf - Página 13
Data da publicação	15/12/2022
Veículo	Agora RN
Classificação	Positivo

Domingo na Cidade encerra o ano com programação de Natal

Entrada é gratuita e começa a partir das 13h no domingo 18, na Cidade da Criança; realização é da Idearte

Esse fim de semana o projeto 'Domingo na Cidade' encerra o ano com uma programação super especial de Natal, na Cidade da Criança. A entrada é gratuita e começa a partir das 13h, no domingo, dia 18 de dezembro. A programação começa com a fadinha encantada e a Contação de História. Logo após, às 14h, Zumba Kids chega com muita animação e coreografias.

A cantora Carmem Pradella sobe ao palco às 16h e promete um show musical para não deixar ninguém parado. E para finalizar o dia, às 17h, o Musical "Contos de Natal do Mickey" garante muita diversão para a garotada, encerrando a tarde com muita alegria. Além das atrações artísticas no palco, terá ainda no espaço: chegada do papai Noel, oficinas de arte, feira de artesanato, praça de alimentação, pedalinho, brinquedos infláveis, maquiagem artística e muito mais — uma excelente programação para toda a família.



Programação começa com a fadinha encantada e a Contação de História

mação para toda a família.

O projeto 'Domingo na Cidade' é uma realização da Idearte Produções, com patrocínio da Fecomércio/SESC RN, SterBom, Governo do RN e Funda-

ção José Augusto, via Lei Câmara Cascudo, e da Unimed Natal e Prefeitura do Natal, através da Lei Djalma Maranhão. Além da CAERN e Sicoob. Mais informações: @domingonacidadern. ●



Além das atrações artísticas no palco, evento terá outras atividades

Link	Página 4
Data da publicação	16/12/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Notícia de interesse

Governo faz manobra e ICMS será votado neste ano

« IMPOSTO » Deputada Isolda Dantas conseguiu aprovação de pedido para tramitação em urgência da matéria, que vai a plenário na quarta

FOTOS: EDUARDO MAIA E JOÃO GILBERT

O Governo do Estado realizou manobra na Assembleia Legislativa e conseguirá votar o aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ainda neste ano. Na sessão de ontem, os deputados estaduais da bancada governista aprovaram requerimento da deputada Isolda Dantas (PT) pedindo urgência na tramitação da matéria, que vai elevar de 18% para 20% o percentual do ICMS praticado no Rio Grande do Norte. Com a aprovação, as comissões que ainda não se posicionaram sobre a matéria (de Fiscalização e Finanças e de Desenvolvimento Socioeconômico) terão dois dias para apreciar e relatar a matéria. A votação em plenário vai ocorrer na quarta-feira (21).

Pela manhã, a Comissão de Finanças da Assembleia aprovou somente o relatório sobre o orçamento geral do estado para 2023, sequer colocando em pauta a apreciação da matéria de interesse do Governo do Estado. Porém, durante a sessão em plenário, o requerimento de Isolda Dantas foi apresentado, o que é previsto no regimento interno da Casa. O deputado Coronel Azevedo (PL) chegou a tentar travar a pauta sob o argumento de que havia uma série de vetos governamentais que já estavam com prazo de apreciação expirado. O presidente da Assembleia, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), não atendeu ao pe-



Líder do PT, Isolda Dantas apresentou requerimento antes da votação do orçamento geral do RN



Deputados de oposição não conseguiram barrar requerimento

explicou Tomba Farias. “Não chegou nem o impacto financeiro, nem tempo para debater. A gente entende que haja uma perda, mas será que só tem essa forma de resolver, aumentando imposto que vai aumentar combustível, energia...? Quem vai pagar é o trabalhador”, reclamou o parlamentar, afirmando ainda que o tema deveria ser discutido em audiência pública.

Para ser aprovada em plenário, a matéria precisa não ser rejeitada à unanimidade pelos membros da Comissão de Finanças e precisa também ter

dido e justificou que o requerimento havia sido apresentado antes do pedido de Azevedo e, além disso, não poderia travar a pauta e deixar de votar o orçamento.

Na votação do requerimento, foram contrários os deputados Coronel Azevedo, Cristiane Dantas (SD), Galeno Torquato (PSDB), Getúlio Rêgo (PSDB), Gustavo Carvalho (PSDB), José Dias (PSDB), Nelter Queiroz (PSDB), Subtenente Eliabe (SD) e Tomba Farias (PSDB). Foram favoráveis Albert Dickson (PSDB), Dr. Bernardo (PSDB), Eudiane Macêdo (PV), Ezequiel

Ferreira, Francisco do PT, George Soares (PV), Hermano Moraes (PV), Isolda Dantas, Jacó Jacome (PSD), Kleber Rodrigues (PSDB), Raimundo Fernandes (PSDB), Souza Neto (PSB), Ubaldo Fernandes (PSDB) e Vivaldo Costa (PV). O deputado Kelps Lima (SD) estava ausente.

Pelo regimento interno da Assembleia Legislativa, as comissões têm dois dias para analisar as propostas que estão em regime de urgência. Além disso, não é possível pedir vistas da matéria, mas há a possibilidade de suspender a reunião por uma hora para a melhor

análise do projeto. A reunião da comissão, ainda, precisa ser conjunta e será presidida pelo deputado mais idoso dentre os de maior número de legislaturas. Pelo critério, Tomba Farias vai presidir a reunião da comissão.

“Ainda não vi o que diz esse projeto. Chegou hoje (ontem) à comissão de finanças. Temos feito o apelo para debater a proposta, mas foi aprovada a urgência e vai ser debatido em reunião mista das comissões na segunda-feira. É como se não tivéssemos o direito de debater, de discutir, de convocar uma reunião para escutar o comércio”,

maioria simples no Legislativo. Caso todos os membros da comissão de Finanças votem pela rejeição da matéria, ela fica prejudicada e sequer irá ao plenário. É uma prerrogativa que cabe apenas às comissões de Justiça e de Finanças. Porém, na composição da comissão há a presença de Isolda Dantas e Hermano Moraes, que são da bancada governista e deverão votar favoravelmente à matéria.

A reunião conjunta das comissões está agendada para a segunda-feira (19), às 10h30, na Assembleia Legislativa.



Segundo Isolda, bancada do Governo do Estado vai apresentar emenda que reduzirá impactos no bolso da população potiguar

Governo recua e propõe vigência de aumento

A deputada Isolda Dantas disse que vai propor mudanças, com anuência do Governo do Estado, no projeto que foi encaminhado pelo Executivo. A parlamentar promete reduzir pela metade o tempo de vigência do aumento do imposto.

Pela proposta original, a alíquota modal do ICMS passará de 18% para 20% em 2023, sendo reduzida para 19% em 2024 e voltando aos 18% em 2025. O aumento, pelos cálculos do Executivo, representaria um acréscimo na arrecadação estadual de R\$ 474,1 milhões para 2023 e R\$ 316 milhões para 2024.

Contudo, Isolda Dantas disse que a proposta será modificada.

De acordo com ela, a emenda que será apresentada em nome da bancada do Governo prevê que os 2% de acréscimo do ICMS durem nove meses em 2023 e, em 2024, retornem aos 18% atuais. Além disso, ela também disse que haverá a ampliação dos itens da cesta básica com a redução para 7%. Atualmente, são somente cinco dos 13 itens que estão previstos com a nova alíquota: feijão e fava; arroz, óleo de algodão e soja; café torrado e moído; flocos e fubá de milho. “É

uma forma de garantir que esse reajuste de aumento não atinja diretamente as pessoas que necessitam mais, aquelas que estão dentro do consumo da cesta básica”, justificou Isolda Dantas.

De acordo com a deputada, Governo fez um debate com parte do setor produtivo apresentando a proposta e, segundo ela “acatando sugestões em alguns momentos e outros não”. “É importante dizer que o Governo está tentando apenas recompor por nove meses a queda de arrecadação do ICMS. Essa Casa é muito responsável e compreende a ne-

cessidade de que é necessário arrecadar para cumprir o orçamento”, defendeu a deputada.

A deputada do PT ainda disse que o requerimento de urgência não teve como foco impedir que as comissões avaliassem a matéria. “Com a emenda que pede a urgência do projeto, a Casa discutiu que o projeto passasse nas comissões, mas considerando o último dia dos trabalhos, que é o dia 22, para que se garanta a reunião conjunta, mas em nenhum momento desconsidera qualquer comissão que o regimento determina que tenha que passar”, disse.

Link	Página 4
Data da publicação	16/12/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Notícia de interesse

Câmara de Natal vai encerrar votação da LOA na terça-feira

« **FINANÇAS** » Vereadores iniciaram apreciação das 1.152 emendas desde a última quarta-feira (14) e seguem até concluir análise do documento

A votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2023 do Município de Natal será concluída na próxima terça-feira (20) na Câmara Municipal. Os vereadores iniciaram a apreciação das 1.152 emendas desde a quarta-feira (14) e prosseguiram com a aprovação das consensuais, já iniciando a votação das não-consensuais.

O Executivo prevê uma receita de R\$ 4.102.226.517,16 para o orçamento do próximo ano, com despesa de igual valor. O montante é 10,5% superior ao previsto para 2022, quando foi estimada uma receita de R\$ 3.710.401.818,87. A margem para a abertura de créditos suplementares tem um limite previsto de até 10% do total da despesa, exceto para para os créditos que se destinarem a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais, custeio e capital com a Câmara Municipal, dívida pública, secretarias de Saúde, Educa-

ção ou Assistência Social, além de emendas parlamentares e Orçamento Participativo.

Pelo texto enviado pelo prefeito Álvaro Dias aos vereadores, dos R\$ 4,1 bilhões em receitas, a pasta da Saúde é a que mais deve receber recursos (1.106.988.300,00), seguida pela Secretaria Municipal de Educação (R\$ 715.818.100,00) e pela Secretaria Municipal de Administração (R\$ R\$ 418.078.975,00). Já o número de emendas manteve estável. Aquelas nas quais houve discordância entre o Governo e alguma das bancadas ainda estão sendo discutidas individualmente em plenário. Aquelas de consenso, são votadas em bloco.

Dentre as emendas que foram aprovadas ontem, os parlamentares conseguiram consensualizar entre as bancadas da Casa uma emenda coletiva para garantir as despesas com a implementação do Plano de Carreira, Cargos e Salários do sistema Úni-

co de Assistência Social (carreira suas) no exercício de 2023, mesmo que de forma gradativa, autorizando suplementação de crédito dentro do orçamento.

O líder do Governo na Câmara, vereador Aldo Clemente (PS-DB), disse que o entendimento foi unânime entre os vereadores, afim de garantir essa reivindicação da categoria. "Foi uma emenda pactuada pelos 29 vereadores da Casa e, como líder da bancada do Governo, defendemos a carreira dos servidores e não poderíamos ser contra uma emenda que tem previsão na LDO (Lei das Diretrizes Orçamentária) para 2023", disse ele.

Mas esta não foi a única proposta de alteração relacionada aos servidores que passou sem contestação pelos vereadores, apesar da equipe do governo escalada para dialogar sobre a LOA com os parlamentares, ter se posicionado contrária. Do vereador Raniele Barbosa (Avante), uma emen-

da não-consensual prevê o contingenciamento de recursos para garantir a implantação e atualização do Plano de Cargos e Vencimentos dos Funcionários da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município.

Da vereadora Nina Souza (PDT), outras três propostas de alterações à LOA garantem o reajuste salarial dos servidores do Plano Geral, a implantação do Plano de Cargos e carreira dos trabalhadores da Secretaria de Mobilidade Urbana (SITU) e dos servidores da Semurb (Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo). Já uma emenda coletiva da bancada da oposição prevê recursos para o reajuste dos profissionais da Educação.

A sessão ficou suspensa para ser reiniciada na próxima terça, quando a Câmara planeja concluir a votação. Somente após a aprovação da LOA é que os parlamentares podem entrar em recesso parlamentar de fim de ano.

Link		Página 4
Data da publicação		16/12/2022
Veículo		Tribuna do Norte
Classificação		Notícia de interesse

BC revisa previsão de alta do PIB para 2,9% neste ano

« CRESCIMENTO » A projeção de crescimento do PIB, neste ano, divulgada pelo BC, passou de 2,7% para 2,9%. Para 2023, estimativa de alta continua em 1%



Estimativa é de que o setor de serviços cresça 4,1% em 2022; antes, a projeção estava em 3,4%

O Banco Central (BC) revisou a projeção de crescimento da economia, neste ano, de 2,7% para 2,9%. A estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, está no Relatório de Inflação, divulgado nesta quinta-feira (15), pelo BC. Para 2023, a projeção de crescimento do PIB continua em 1%. De acordo com o relatório, a alta na projeção do PIB, neste ano, refletiu a "elevação na previsão para o setor de serviços, parcialmente compensada por recuo nas estimativas para agropecuária e indústria".

"A projeção da agropecuária foi alterada de estabilidade para recuo de 2%, refletindo, principalmente, o resultado do terceiro trimestre". O relatório acrescenta que o recuo na compara-

ção com o trimestre anterior surpreendeu o BC, que "esperava um resultado positivo, influenciado pela base relativamente fraca do segundo trimestre – ainda sob impacto da quebra parcial da safra de soja, cultura com colheita concentrada nos dois primeiros trimestres do ano – e por altas na produção de laranja e de algodão, culturas com participação expressiva no terceiro trimestre".

"Contudo, recuos na produção de cana-de-açúcar e mandioca sobrepujaram esses fatores alistas, levando a recuo da atividade no trimestre e a piora na estimativa para o ano", acrescentou.

Na indústria, a projeção foi revista de 2,4% para 1,9%, com quedas nas previsões para todos os setores, com exceção da construção.

Em serviços, a estimativa de crescimento em 2022 passou de 3,4% para 4,1%, influenciada pelo resultado do terceiro trimestre e pela revisão da série histórica. "O setor terciário tem mostrado resiliência, voltando a crescer em ritmo robusto no terceiro trimestre. As altas no setor foram disseminadas e de magnitudes elevadas, iguais ou superiores a 1%, exceto pela atividade de comércio, afetada pelo arrefecimento do varejo e da produção industrial".

Para os próximos trimestres, acrescenta o BC, "espera-se arrefecimento mais disseminado no setor, repercutindo a perspectiva de desaceleração do consumo das famílias, em ambiente de taxas de juros mais elevadas e de desaquecimento do mercado de trabalho".

Demanda

A estimativa para a variação do consumo das famílias passou de 3,9% para 4,2%, a do consumo do governo de 0,7% para 1,6% e a da formação bruta de capital fixo (FBCF - investimentos) de -0,4% para 0,7%.

As exportações e as importações em 2022 devem variar, na ordem, de 4% e estabilidade, ante projeções de 1,5% e -2,5%. Essas estimativas refletem "altas maiores do que as esperadas no volume de exportações e importações de bens e serviços".

Próximo ano

Para 2023, a projeção de crescimento foi influenciada pela "manutenção da perspectiva de arrefecimento na demanda interna e nos componentes mais cíclicos da oferta".

O relatório diz ainda que "discussões sobre o orçamento de 2023 apontam para maior expansão dos gastos primários [gastos relacionados aos serviços públicos, sem considerar pagamento de empréstimos] do que a prevista na legislação atual, em especial os associados a transferências às famílias [como o Bolsa Família]".

O BC acrescenta que o aumento de gastos do governo podem ajudar a sustentar a demanda por bens e serviços, principalmente no curto prazo. Por outro lado, "estímulos fiscais adicionais, especialmente se impactarem a percepção de sustentabilidade da dívida pública, podem prejudicar as condições financeiras e o crescimento econômico". "Portanto, o resultado final depende da combinação da magnitude da expansão fiscal no curto

prazo e da formulação exata do novo arcabouço fiscal".

Oferta e demanda

Pelo lado da oferta, a manutenção da projeção central para a variação do PIB em 2023 refletiu recuos nas previsões para agropecuária e indústria, de, respectivamente, 7,5% e 0,4% para 7% e estabilidade, e elevação na previsão para serviços, de 0,6% para 0,9%.

No âmbito da demanda interna, as projeções para o consumo das famílias, consumo do governo e FBCF foram elevadas de, respectivamente, 0,7%, 1,0% e -0,5% para 1,2%, 1,1% e 0,3%.

As estimativas para as variações das exportações e importações ficaram praticamente inalteradas, passando, respectivamente, de 3% para 2,8% e de 0,5% para 0,7%.

Calendário do PIS/ Pasep para 2023 é aprovado

Link	Página A21
Data da publicação	16/12/2022
Veículo	Folha de S. Paulo
Classificação	Notícia de Interesse

Calendário do PIS/Pasep para 2023 é aprovado

SÃO PAULO O Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) aprovou o calendário de pagamento do abono do PIS e do Pasep para 2023 de até R\$ 1.302. A proposta do governo foi aprovada por unanimidade em reunião realizada nesta quinta-feira (15).

O calendário de pagamentos, antecipado pela Folha, foi apresentado no dia 8 aos membros do conselho, que tem representantes de trabalhadores, de empregadores e

do governo federal.

O abono refere-se ao período trabalhado em 2021 e será liberado entre os dias 15 de fevereiro e 17 de julho, quando é feito o pagamento do último lote. A cada mês são feitas liberações de dois lotes e o trabalhador poderá receber até um salário mínimo.

O abono do PIS, devido a trabalhadores de empresas privadas, é pago pela Caixa, e o do Pasep, devido a profissionais de órgãos públicos que se encaixam nas regras

do programa, é liberado pelo Banco do Brasil. O prazo para sacar o valor termina no dia 28 de dezembro de 2023.

Segundo dados apresentados aos integrantes do Codefat, são estimados gastos de mais de R\$ 24,4 bilhões com o pagamento do abono de 2023, para 23,6 milhões de trabalhadores. Desse total, 21,4 milhões têm direito ao PIS. Luciana Lazarini

VEJA O CALENDÁRIO E SAIBA SE TEM DIREITO
[folha.com/4auc1snh](https://www.folha.com.br/4auc1snh)

Câmara aprova uso de fundos para pagamento do piso da enfermagem

Link	Página 11
Data da publicação	16/12/2022
Veículo	O Globo
Classificação	Notícia de Interesse

Câmara aprova uso de fundos para pagamento do piso da enfermagem

KARLE INTRANQUERA
<https://www.globo.com/brasil/politica/noticia/camara-aprova-uso-de-fundos-para-pagamento-do-piso-da-enfermagem-1.7011111>

A Câmara dos Deputados aprovou ontem uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que tenta resolver a falta de recursos para o pagamento do novo piso da enfermagem. O texto agora precisa ser analisado pelos senadores.

A PEC 390/14 permite que União, estados e municípios possam usar o superávit de fundos públicos do Poder Executivo para complementar o salário de profissionais de saúde até o mínimo estabelecido com o piso da enfermagem.

Aprovado no Congresso, o novo piso da enfermagem foi suspenso pelo Supremo

R\$ 20,9

bilhões

É a estimativa de superávit dos fundos da União somente neste ano, segundo a relatora da PEC, Alice Portugal (PCdoB-BA)

Tribunal Federal (STF), de acordo com o debate sobre a responsabilidade pelos custos dos novos salários destes profissionais e pelo temor de demissões no setor. O novo piso estabelece salário mínimo de R\$ 4.700 aos profissionais.

A proposta autoriza que estados, municípios e o Distrito Federal ultrapas-

sem o limite de gastos com pessoal para realizar o pagamento dos pisos salariais de enfermeiros, técnicos em enfermagem e auxiliares de enfermagem e parceiros durante dez anos.

Atualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proíbe municípios de gastarem com pessoal mais do que 5% da receita corren-

te líquida. No entanto, com a PEC, as despesas com o pagamento do piso dos profissionais de enfermagem serão excluídas dessa soma. E o superávit financeiro dos fundos públicos poderá ser usado como fonte de recursos para o pagamento dos pisos.

A relatora, Alice Portugal (PCdoB-BA), disse que, somente em 2022, foi estimado que o superávit dos fundos da União é de R\$ 20,9 bilhões.

MP abre crédito extra de R\$7,5 bi para Previdência

Link	Página B6
Data da publicação	16/12/2022
Veículo	O Estado de S. Paulo
Classificação	Notícia de Interesse

Despesas obrigatórias Benefícios

MP abre crédito extra de R\$ 7,5 bi para Previdência

O presidente Jair Bolsonaro editou ontem medida provisória para abrir R\$ 7,564 bilhões em crédito extraordinário pa-

ra a Previdência Social. O texto destina R\$ 5,778 bilhões para o pagamento de benefícios previdenciários e R\$ 1,785 bi-

lhão para compensação previdenciária. Em nota, o Ministério da Economia justificou a necessidade da MP dizendo que

houve crescimento das despesas obrigatórias.

O governo alegou um aumento extraordinário da procura por benefícios previdenciários no pós-pandemia para pedir mais recursos, e apontou riscos para o funcionamento ade-

quado do INSS. A equipe econômica pediu o remanejamento de emendas do orçamento secreto para bancar parte do buraco, mas o Congresso não aceitou entregar os recursos de interesse dos parlamentares. ● LORENA RODRIGUES/BRASÍLIA

AGORARN

www.agorarn.com.br

JORNALISMO PROFISSIONAL E APARTIDÁRIO

NOTA: QUEDA-FRASE, 15 DE DEZEMBRO DE 2022 | EDIÇÃO Nº 1.401 | R\$ 6,4 | 10.000 CÓPIAS

DIRETOR DE REDAÇÃO: ALEX VIANA

Prejuízo _ PÁG. 3, 8 e 9

Sem reajuste do ICMS, prefeituras vão perder quase R\$ 200 milhões

Esse é o valor que os municípios deixarão de arrecadar caso elevação temporária do imposto não passe

Municípios do Rio Grande do Norte podem deixar de arrecadar nos próximos dois anos R\$ 196,9 milhões caso não seja aprovado na Assembleia Legislativa o reajuste

de da alíquota de ICMS proposto pelo Governo do Estado. Os cálculos, obtidos pelo AGORA RN, são da Secretaria Estadual de Tributação (SET) e consideram que as prefeituras têm direito a 25% de tudo o que é arrecadado. Apesar do prejuízo projetado, Federação dos Municípios (Fornurn) afirma não se preocupar.

OS QUE MAIS PERDEM

Maior perda seria da Prefeitura do Natal, que sofreria decréscimo de arrecadar R\$ 25,5 milhões em receitas de ICMS em 2023 e 2024

Maior perda seria da Prefeitura do Natal, que sofreria decréscimo de arrecadar R\$ 25,5 milhões em receitas de ICMS em 2023 e 2024

Finalmente _ PÁG. 4

Nova licitação do aeroporto será destravada

Ministro André Cordeiro, do TCU, informou à governadora que licitação do Aeroporto de São Gonçalo será analisada em 10 de janeiro, após quase 3 anos.

Transporte _ PÁG. 10

Ônibus de Natal vão cobrar mais nos feriados

Prefeitura de Natal divulga escalatório de 2023 da implantação da tarifa social, dá desconto de 50% na passagem com pagamento pelo cartão.

Economia _ PÁG. 8

Federação das Indústrias funda Cluster Naval

Integrando setores em Natal, cluster vai debater estratégias e ações para o desenvolvimento da Economia do Mar do Estado.

Cultura _ PÁG. 5

Decoração de Natal garante espetáculo de cores e luzes na cidade

Avanço natalino e ornamentações artísticas marcam programação da Prefeitura.

Agenda _ PÁG. 13

Domínio na Cidade terá ações de Natal

Negócios _ PÁG. 14

Venda de automóveis cai 17% no RN

Segundo a Fercarveve, foram 14.510 carros e comerciais leves emplacados até novembro de 2022 contra 17.526 do ano passado. Em relação ao mês de novembro do ano passado, redução de 3,34%.



França não dá espaço para zebra e vence

Sensação do Mundial, Marrocos não consegue passar atuais campeões e irá disputar o terceiro lugar com a Croácia. Com gols de Theo Hernandez e Kylian Mbappé, França chega à 2ª final seguida. _ PÁG. 18

Notas de Televisão _ PÁG. 2

Do RN, o Gillo volta a ser o maior canal de TV do Estado.

Lula Muda _ PÁG. 2

Cultura agradece indicação da cantora Margareth Menezes

Quando Uma Mulher Assume _ PÁG. 2

Curso de Direitos no IFRN segue com aulas de exatidão

Política _ PÁG. 10

Argentina e França lutam em duas milhens eleições da Copa



Opinião _ PÁG. 2

RN precisa se articular para ocupar espaços no governo Lula

Quatro estados do Nordeste já foram lembrados na composição do governo, mas e o Rio Grande do Norte da governadora Fátima Bezerra?

Eleições _ PÁG. 4

TRE confirma diplomação de Wendel Lagartixa

Deputado estadual eleito com a maior votação da história será diplomação na segunda-feira 15, já que Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda não encerra julgamento do seu caso.

Julgamento _ PÁG. 7

Tomba terá de devolver verba da campanha

Com o entendimento de que houve "danos e concretos prejuízos" em 10% da prestação de contas do deputado estadual eleito. Com isso, ele terá de devolver verba pública.

Orçamento tem déficit de R\$ 234 milhões e R\$ 18 bilhões em gastos

Assessoria Legislativa do Estado aprovou o projeto de orçamento para o exercício de 2024 após longa discussão e votação em sessão.

» PÁGINA 11



» COPA • O ataque do Brasil, após goleada pelo Chile, se despede, com o técnico Tite e jogadores. A celebração acabou a festa no campo. Como fazemos? L. S. S. Colaboração de o jornalista. » PÁGINA 12

ICMS: Congresso derruba veto e União vai compensar estados

» SEMO À ARGENTINA • O Congresso Nacional derrubou veto do presidente Jair Bolsonaro no texto que trata do ICMS sobre combustíveis. Com a decisão, volta a valer o que foi aprovado inicialmente, que prevê a compensação financeira aos estados e municípios em caso de perda de arrecadação. Medida longa em matéria de sessões no RN para aumentar a pasta e recuperar perfis que, agora, não deverão mais existir, já que a União pagará o extra. » PÁGINA 13

Associação do Alceim critica reajuste do ICMS no RN

A Associação dos Proprietários de Imóveis do Rio Grande do Norte (APRIN) criticou o reajuste do ICMS no RN. Segundo a entidade, o projeto do Governo do Estado de elevar a alíquota de 12% para 13% a partir de 2024, prejudicará os cidadãos. » PÁGINA 14

ALRN aprova urgência para votar aumento do ICMS

A Assembleia Legislativa do RN aprovou em sessão de urgência o projeto que eleva o ICMS no Estado para 13% a partir de 2024. A medida prevê a compensação financeira aos municípios. » PÁGINA 15

Mudança na Lei das Estatais pode ficar para o próximo ano

O projeto de lei que altera a Lei das Estatais não será votado neste ano. O texto prevê a criação de uma comissão para avaliar a possibilidade de mudança. » PÁGINA 16

"Herança maldita é fake news e desculpa desonesta"

O presidente do Conselho de Defesa, Roberto de Sá, afirmou que a expressão "herança maldita" é uma "fake news" e uma "desculpa desonesta" para quem não quer assumir a responsabilidade de melhorar o país. » PÁGINA 17

Banco Central revisa previsão de alta do PIB de 2,7% para 2,9%

O Banco Central do Brasil revisou a previsão de crescimento do PIB para 2024. A nova projeção é de 2,9%, contra os 2,7% anteriores. » PÁGINA 18

Campanhas solidárias por doações têm início em Natal

As campanhas de arrecadação de doações para o Natal começaram em Natal. As entidades envolvidas pedem a participação da população. » PÁGINA 19



» SAÚDE • O Hospital de Santa Catarina realiza campanhas de arrecadação de doações para o Natal. São mais de 100 ambulâncias em operação no estado. » PÁGINA 20

A HÉLIO É A DE CARNEVAL
Comissão do município de André Campes - dia 28, às 19h, no Centro Cultural. » PÁGINA 21



BOVA E COMERCÍO
Projeto de Lei do Estado do RN - sessão de 15/12. » PÁGINA 22

LEI MUNICIPAL
Lei nº 2023/2023, de 15/12. » PÁGINA 23

REUNIÃO COM O GOV
Reunião com o Governador do RN - dia 15/12, às 10h. » PÁGINA 24

LEI
Lei nº 2023/2023, de 15/12. » PÁGINA 25

LEI MUNICIPAL
Lei nº 2023/2023, de 15/12. » PÁGINA 26

APRESENTAÇÃO
Apresentação do projeto de lei - dia 15/12, às 10h. » PÁGINA 27

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

SAO PAULO, 14 DE DEZEMBRO DE 2021

SEXTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2021

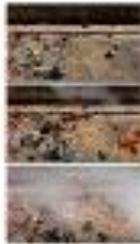
R\$ 6,00

Internacional

Racismo em cores

Gratia Marcellino emite na Assembleia Legislativa do Paraná uma proposta de lei para combater o racismo estrutural.

ambrosio **16**
Copa celebrada em Hollywood é copiada após ataque chinês aos EUA



Um trecho do litoral de Praia Alameda, em Camboiú, Paraná. O local é considerado impróprio para banho.

Moraes avança sobre líderes de atos; PF apreende arsenal

Por ordem do ministro do Supremo, PF cumpre 87 mandados em 5 estados e DF

A Polícia Federal (PF) avançou na busca por líderes de atos de desobediência em cinco estados e no Distrito Federal (DF) após ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. A operação foi realizada em 13 pontos de encontro de manifestantes, incluindo a Igreja Universal do Reino de Deus, em São Paulo, e em Brasília.

A medida levou à prisão de 10 líderes de atos de desobediência em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Brasília. A operação foi realizada em 13 pontos de encontro de manifestantes, incluindo a Igreja Universal do Reino de Deus, em São Paulo, e em Brasília.

Segundo o STF, a operação foi realizada em 13 pontos de encontro de manifestantes, incluindo a Igreja Universal do Reino de Deus, em São Paulo, e em Brasília.

Segundo o STF, a operação foi realizada em 13 pontos de encontro de manifestantes, incluindo a Igreja Universal do Reino de Deus, em São Paulo, e em Brasília.



PRAIÁ ALAGADA DE BALNEÁRIO CAMBOIÚ É IMPRÓPRIA PARA BANHO; PREFEITURA CULPA CHUVA E NÃO ESGOTO

Delegacia de Polícia Ambiental investiga denúncia por resíduos sólidos em locais, segundo análise de técnicos da Companhia de Saneamento de São Paulo (CSP) e da Prefeitura Municipal de Camboiú.

Megaton **17**
Migração de população a Indonésia capitaliza o país, mas também atrai o risco de conflitos com o Vietnã.

Ministro manda PF investigar pesquisas após Valdemar pedir

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, pediu à Polícia Federal (PF) que investigue pesquisas realizadas por Valdemar Costa Neto, presidente do PT, de São Paulo, sobre o uso de dados pessoais de cidadãos.

Lula convide Camilo Santana para MEC após pressão do PT

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou Camilo Santana para o Ministério da Educação (MEC) após pressão do Partido dos Trabalhadores (PT).

Brasil, **internacional** e **política** **18**
CSP para 60 anos e 100 milhões de habitantes

Política **19**
Lula convide Camilo Santana para MEC após pressão do PT

copa 2022 ■ Qatar tem dois reis

Final com Messi e Ronaldo é de sonho para o Brasil, mas o Qatar tem dois reis.

Países **19**
Países que vão à Copa de 2022 terão de pagar o custo da viagem.

Países **19**
Países que vão à Copa de 2022 terão de pagar o custo da viagem.



PALEÇO DA ASSOCIADA REFEZ CAMINHÃO DE MUTUAÇA

Um caminhão da Associação de Refeições de Mutuaça foi apreendido por não ter o documento necessário para operar no município.

Supremo tem 5 a 4 em favor e mantém sessão suspensa

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por 5 a 4 em favor de manter a sessão suspensa.

MÔNICA BERGAMO: Mercado é 'perigoso' e 'maduro', diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o mercado é "perigoso" e "maduro".

ATMOSPHERA
Do Pórcel
Atmosfera

EDICIONES 43
Revista de notícias e análises

Revista
Revista de notícias e análises

Revista
Revista de notícias e análises

JHSF
VILLAGE
Golf Residência
com vista para o campo de golfe de 18 buracos para Royal Junior.
Mais informações: 011-4111-1111

Bienal de Veneza: Adriano Pedrosa, do Masp, será primeiro latino-americano a assumir curadoria da mostra



O GLOBO



TRANSIÇÃO

PEC trava na Câmara; votação é adiada para evitar desidratação

Uma das possibilidades é reduzir o prazo de validade da medida de dois anos para um

A aprovação da PEC de Transição faz duas semanas depois de a Câmara dos Deputados aprovar a PEC de Reforma da Constituição. A votação da PEC de Transição foi adiada para evitar a desidratação dos deputados. A votação da PEC de Transição foi adiada para evitar a desidratação dos deputados.

A aprovação da PEC de Transição faz duas semanas depois de a Câmara dos Deputados aprovar a PEC de Reforma da Constituição. A votação da PEC de Transição foi adiada para evitar a desidratação dos deputados.



Tebet diz que só aceita ministério do Bolsa Família

Presidente do ACB diz que só aceita ministério do Bolsa Família. Tebet diz que só aceita ministério do Bolsa Família.

Mudança na Lei das Estatais emperra no Senado

A mudança da Lei das Estatais emperra no Senado. A mudança da Lei das Estatais emperra no Senado.

Deputados aprovam reforma da Lei das Estatais. Deputados aprovam reforma da Lei das Estatais.

Uma proposta de reforma da Lei das Estatais emperra no Senado. Uma proposta de reforma da Lei das Estatais emperra no Senado.

A hora da mudança



Um caminhão de transporte de mercadorias em uma estrada. Um caminhão de transporte de mercadorias em uma estrada.

PF cumpre 108 mandados contra bolsonaristas

A Polícia Federal cumpre 108 mandados contra bolsonaristas. A Polícia Federal cumpre 108 mandados contra bolsonaristas.

União terá de compensar ICMS de estados

A União terá de compensar o ICMS dos estados. A União terá de compensar o ICMS dos estados.

CRIME • 2022

Dois homens são mortos em operação de polícia

Dois homens foram mortos durante uma operação de polícia. Dois homens foram mortos durante uma operação de polícia.

Boleto não pode ser usado para pagar

O boleto não pode ser usado para pagar. O boleto não pode ser usado para pagar.

Como pagar

Como pagar o boleto. Como pagar o boleto.



Na trilha dos registros do Prolamur

Na trilha dos registros do Prolamur. Na trilha dos registros do Prolamur.

OPINIÃO • ANÁLISE DE FÉRIAS

'A ideologia é a integração, as responsabilidades dos países'

A ideologia é a integração, as responsabilidades dos países. A ideologia é a integração, as responsabilidades dos países.

Estudo revela caminhos para vacinação infantil no Brasil

Estudo revela caminhos para vacinação infantil no Brasil. Estudo revela caminhos para vacinação infantil no Brasil.

Grilo e Covid trazem de volta recomendação de máscara

Grilo e Covid trazem de volta recomendação de máscara. Grilo e Covid trazem de volta recomendação de máscara.

TRANSIÇÃO **Suplicy se prepara para governar**

Proposta de equipe desfigura o Marco Legal do Saneamento

Grupo da transição quer reverter incentivo a empresas privadas

O grupo Colômbia da equipe de consultoria propõe ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) medidas que reverterão o incentivo à participação de empresas privadas no setor de saneamento, encerrando o período de liberalização

do setor de saneamento em São Paulo. O grupo também quer encerrar o período de liberalização do setor de saneamento em São Paulo. O grupo também quer encerrar o período de liberalização do setor de saneamento em São Paulo.

Indústria elétrica (Eletropar, Neoenergia, Enxente) e de saneamento (Saneamento de São Paulo, Saneamento de São Paulo, Saneamento de São Paulo) são as principais beneficiárias do Marco Legal do Saneamento em São Paulo.

"Tudo indica que a proposta de reatuação do Marco Legal do Saneamento será aprovada pelo Conselho de Saneamento da ANEAS"

Notas e informações
Restrição com a marca do PT

Data Fim
Lançamento de cotas de voto de direita

Luiz Inácio Lula da Silva
Lula volta para o cenário político no passado

Paulo Roberto
A contratação de Inês de Castro



Caminhão de mudança no Palácio da Alvorada

Os caminhões de mudança receberam ordens para serem deslocados para o presidente no espólio. A presidente em seu lançamento para os serviços. Lula, que se preparou para o período de 15, vai poder voltar a trabalhar no cargo.

PF prende quatro envolvidos em atos antidemocráticos

Por ordem do ministro de STF Alexandre de Moraes, a PF prendeu quatro pessoas envolvidas em atos antidemocráticos em São Paulo. Os atos foram realizados em São Paulo e em SP. Os atos foram realizados em São Paulo e em SP.

Com orçamento secreto indefinido, Câmara trava PEC da Transição

Depois de meses de negociações, a Câmara travou a PEC da Transição. A PEC da Transição é uma proposta de lei que visa a reorganização do governo federal.

Futuro ministro da Justiça pagará multa a Estados com câmeras na PM

O governador de Mato Grosso pagará multa a Estados com câmeras na PM. O governador de Mato Grosso pagará multa a Estados com câmeras na PM.

Cartão 2022

Cartão 2022
O técnico capta de estudar tática, tática e até o xará Messi, para decidir

De acordo com a Agência de Notícias, o técnico capta de estudar tática, tática e até o xará Messi, para decidir.

Roberto Firmino
O que está de Roberto Firmino

Roberto Firmino
O que está de Roberto Firmino

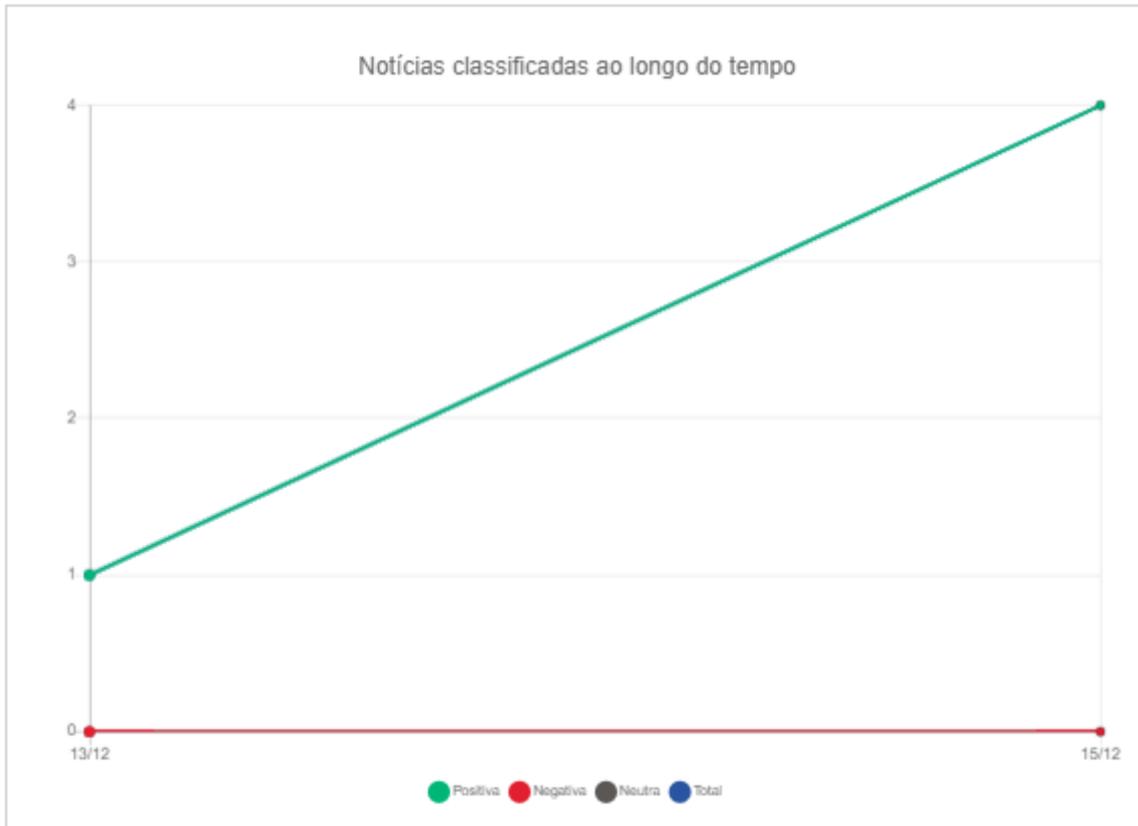


Roberto Firmino
Aos 16 anos, 4 meses e 25 dias, uma venda de até R\$ 408 milhões

Aos 16 anos, 4 meses e 25 dias, uma venda de até R\$ 408 milhões. A venda foi realizada no mercado de futebol.

Roberto Firmino
Roberto Firmino

GRÁFICOS



Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
HTTP://WWW.TRIBUNADONORTE.COM.BR/	2
HTTP://WWW.MARCONEPEDROBLOGSPOTCOM.BR/	1
HTTPS://PORTALDIDO.COM/	1
HTTPS://WWW.GRANDEPONTO.COM.BR/	1

